

Edital

N.º 75/DAFRH-DAAG/2021

ÁLVARO MANUEL BÁLSEIRO AMARO, Presidente da Câmara Municipal do Município de Palmela:

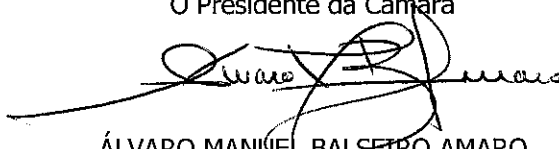
No uso das competências que lhe estão atribuídas pelo artigo 35º, n.º 1, alínea t), do Regime Jurídico das autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento e para os efeitos do disposto no artigo 56º do mesmo regime legal, torna público o seguinte despacho:

- Despacho n.º 012/2021 – Subdelegação de competências no Arq. Rui Farinha, no âmbito do Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética.

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Palmela, 01 de março de 2021.

O Presidente da Câmara



ÁLVARO MANUEL BÁLSEIRO AMARO

Despacho n.º 012/2021

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ARQ. RUI FARINHA, NO ÂMBITO DO GABINETE DE AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

-----Considerando que a delegação de competências constitui um instituto administrativo vocacionado para potenciar a eficácia e a eficiência da gestão pública, e tendo em vista obter a maior celeridade e eficiência no funcionamento dos serviços, nos termos e ao abrigo do artigo 38º Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, doravante RJAL, e das demais normas habilitantes especialmente assinaladas no texto do presente despacho, conjugados com o artigo 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** no Senhor **Dirigente do Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética, G.A.E.E., Arq. Rui Jorge Matos Farinha**, o exercício das seguintes competências que me foram subdelegadas pelo Senhor Vereador Pedro Taleço, através do Despacho nº 45/2020 e pela Senhora Vereadora Fernanda Pésinho, através do Despacho nº 43/2020, ambos de 07 de janeiro, que serão exercidas no quadro dos planos de atividade e orçamento aprovados, das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, das normas e regulamentos aplicáveis à atividade municipal e das orientações ora emanadas: ----

1 - Em matéria de **procedimento administrativo**, as competências constantes dos artigos 35º e 38º do RJAL, a seguir enunciadas: -----

- 1.1. Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade [artigo 35º, nº1, alínea b)];-----
- 1.2. Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal [artigo 35º, nº 1, alínea c)];-----
- 1.3. Autorizar o pagamento de despesas com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas até € 5 000 [artigo 35º, nº 1, alínea h)];-----
- 1.4. Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação [artigo 35º, nº 2, alínea h)];-----
- 1.5. Autorizar o pagamento de despesas em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor [artigo 38º, nº 3. Alínea a)];-----
- 1.6. Autorizar o registo de inscrição de técnicos [artigo 38º, n.º 3, alínea c)];-----
- 1.7. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade [artigo 38º, nº 3, alínea d)];-----
- 1.8. Autorizar a restituição aos/às interessados/as de documentos juntos a processos [artigo 38º, nº 3, alínea e)];-----



Município
Palmela
Câmara Municipal
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

- 1.9. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos/às interessados/as, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos/as eleitos/as locais [artigo 38º, nº 3, alínea g)]; -----
- 1.10. Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante [artigo 38º, nº 3, alínea m)]; -----
- 1.11. Aceitar a desistência do procedimento, nos termos do artigo 131º do Código do Procedimento Administrativo. -----
- 2 - No âmbito da gestão de todos os assuntos que se encontrem atribuídos ao **Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética**, é subdelegada a prática dos **atos administrativos de administração ordinária** que se revelem instrumentais, preliminares e complementares, compreendendo a instrução e execução da decisão principal, e para além destes, as seguintes competências decisórias:-----
- 2.1. Em matéria de **recursos humanos**, as seguintes competências:-----
- a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do serviço [artigo 38º, nº 2, alínea a) do RJAL]; -----
 - b) Controlar a assiduidade, visando informações, mapas e relatórios de assiduidade no âmbito da legislação e do regulamento interno aplicáveis; -----
 - c) Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço [artigo 38º, nº 2, alínea b) do RJAL]; -----
 - d) Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas [artigo 38º, nº 2, alínea e) do RJAL]; -----
 - e) Autorizar a prestação de trabalho suplementar [artigo 38º, nº 2, alínea f) do RJAL] dentro das condições e dos limites legalmente estabelecidos no artigo 120º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugada com os regimes previstos nos Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP), vigentes no município de Palmela e desde que exista cabimento orçamental;-----
 - f) Emitir parecer sobre a mobilidade na categoria ou intercarreiras/intercategorias.-----
- 3 - A subdelegação de competências agora determinada pressupõe o exercício efetivo das competências delegadas, bem como, em função das especificidades dos vários serviços municipais, a prática de atos de subdelegação de competências nos/as dirigentes das respetivas unidades orgânicas, nos termos do artigo 38º do RJAL e das demais normas habilitantes, conjugados com os artigos 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----
- 4 - O subdelegado deve, na prática de qualquer ato administrativo no uso da subdelegação, indicar esse facto, com menção expressa do presente despacho de subdelegação de competências, em conformidade com o disposto no artigo 48º do Código de Procedimento Administrativo. -----



Município
Palmela
Câmara Municipal
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos


- 5 - A subdelegação de competências agora feita, bem como as eventuais subdelegações dela decorrentes, poderão ser revogadas desde que as circunstâncias o justifiquem e os superiores interesses municipais o aconselhem, ao abrigo do disposto no artigo 50º, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo. –
- 6 - Nas mesmas circunstâncias e pelos mesmos motivos poderão ser revogados quaisquer atos praticados pelo subdelegado, bem como poderá ser decidida a avocação de qualquer processo ou assunto, nos termos do disposto no artigo 49º, nº 2 do Código de Procedimento Administrativo. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for devolvido ao subdelegado, deverá este abster-se de quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente. -----
- 7 - As referências a diplomas legais ou regulamentares contidas no presente despacho consideram-se automaticamente reportadas aos normativos que os venham a substituir, desde que estes não alterem o conteúdo das competências em causa. -----

-----O presente despacho produz efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, devendo considerar-se ratificados todos os atos entretanto praticados que estejam em conformidade com a presente delegação de competências. -----

-----Para efeitos de divulgação cumpra-se o disposto no artigo 56º do RJAL. -----

-----Paços do Concelho de Palmela, 24 de fevereiro de 2021. -----

O Diretor de Departamento de Ambiente e Serviços
Urbanos



JOÃO CARLOS ALVES FAIM
(no uso de competência (sub)delegada por despacho nº 45/2020, de 7 de janeiro)

Despacho n.º 013/2021

GESTÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- 1 - No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (REJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designo o **Eng.º Carlos Manuel Ferreira da Silva Caçoete** para me coadjuvar e apoiar na gestão do **Serviço Municipal de Proteção Civil** (artigo 1º - A do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Palmela).---
- 2 - As funções compreendem:-----
 - a) Acompanhar a instrução de todos os processos em tramitação no serviço, incluindo a faculdade de solicitar e obter informações sobre os mesmos, bem como de promover as medidas adequadas ao estabelecimento de prioridades e aceleração da instrução;-----
 - b) Preparar o despacho do eleito, exprimindo previamente juízos sobre as propostas que devam ser submetidas à apreciação superior;-----
 - c) Apresentar propostas conducentes à melhoria do funcionamento da respetiva área de trabalho, nomeadamente ao nível da gestão de meios humanos e materiais;-----
 - d) Supervisionar o cumprimento dos prazos de resposta aos cidadãos de acordo com as disposições legais e regulamentares;-----
 - e) Auxiliar o eleito na gestão do plano de atividades, apresentando relatórios sobre a respetiva área de trabalho e colaborando na elaboração das propostas a produzir no âmbito da preparação dos documentos previsionais e de prestação de contas;-----
 - f) Auxiliar o eleito no controlo da execução do orçamento, nomeadamente através da confirmação dos documentos de despesa;-----
 - g) Coadjuvar o eleito na gestão dos recursos humanos afetos à respetiva área de trabalho, procedendo, designadamente, à verificação prévia dos relatórios de irregularidades bem como ao acompanhamento e monitorização da avaliação de desempenho, apresentando os contributos necessários a uma efetiva e justa avaliação.-----
- 3 - Pelo presente despacho delego no Eng.º Carlos Manuel Ferreira da Silva Caçoete competência para assinatura de correspondência e do expediente necessário à mera instrução dos processos.-----
-----O presente despacho produz efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2021, devendo considerar-se ratificados todos os atos entretanto praticados que estejam em conformidade com o seu conteúdo.-----

Município
Palmela
Câmara Municipal
Presidência

-----Para efeitos de divulgação cumpre-se o disposto no artigo 56º do RJAL.-----

-----Paços do Concelho de Palmela, 24 de fevereiro de 2021-----

O Presidente da Câmara


ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO